

# Igreja Católica e Estado Novo

Moçambique 1969/1974

*Pedro Ramos Brandão\**

A partir de 1969, a PIDE passou a fazer relatórios extremamente minuciosos sobre a situação da Igreja Católica em Moçambique, e a enviá-los ao Governador-Geral de seis em seis meses no mínimo, pois houve outros relatórios intercalares. Estes relatórios eram de uma minúcia nunca vista<sup>1</sup>, pois pressupunham o controlo e investigação local de quase todos os membros da Igreja Católica em Moçambique, Diocese por Diocese, Paróquia a Paróquia, Congregação por Congregação.

Estes relatórios permitem-nos ver que percentagem do Clero em Moçambique estava afecto ao Regime ou não, ou ainda se determinado membro do Clero era muito ou pouco contestatário em relação ao Regime. Informa-nos ainda quem são os membros do Clero que mais próximos do Regime se encontravam e como colaboravam com o mesmo. Era apresentada uma listagem permanente sobre os membros da Conferência Episcopal de Moçambique, informando quais os Bispos a favor e contra o Regime. Cruzámos estas informações com entrevistas a pessoas que viveram em Moçambique neste período, cruzando ainda com bibliografia escrita por missionários, funcionários públicos, os simples cidadãos que na altura estiveram em Moçambique, e que nos podem, de uma forma ou de outra, dar a sua versão dos factos.

Assim, apresentaremos com algum rigor um quadro probabilístico de como o Clero Católico se relacionava com o regime colonial Português em Moçambique, no período de 1969 a 1974.

De acordo com os relatórios da PIDE enviados ao Governador-Geral de Moçambique, entre 1969 e 1974, através de uma média ponderada, podemos dizer que na

Diocese de Porto Amélia, em que existiam 56 sacerdotes, sendo 23 portugueses e 33 estrangeiros, a percentagem de sacerdotes que estava contra o Regime ou, que de uma forma ou de outra, eram conotados pela PIDE<sup>2</sup> como não colaboradores, era de 58,9 %<sup>3</sup>. Esta elevada percentagem de sacerdotes não afectos ao Regime, ou que o criticavam abertamente, era-o, principalmente por dois motivos: primeiro, esta Diocese era aquela onde, neste período os conflitos armados eram mais intensos, e onde a FRELIMO tinham mais implantação<sup>4</sup>. Por outro lado, era uma Diocese onde o número de padres estrangeiros era muito mais elevado em número do que os padres de origem Continental Portuguesa<sup>5</sup>. E sabemos que, por norma, os padres estrangeiros em Moçambique foram muito mais críticos do Regime, do que os padres que eram oriundos de Portugal Continental<sup>6</sup>.

No que se refere à Diocese de Nampula, onde existiam 73 padres, sendo 51 portugueses e 22 estrangeiros, a percentagem de membros do clero não afecto ao Regime<sup>7</sup> era de cerca de 34 %<sup>8</sup>.

Na Diocese de Quelimane, onde existiam 81 padres, em que 17 eram portugueses e 54 estrangeiros a



Nampula

percentagem de elemento da Igreja católicos que não colaborava directamente com o Regime<sup>9</sup>, ou que manifestava discordâncias públicas da política colonial portuguesa, era de 8,9 %<sup>10</sup>.

Na Diocese da Beira, o número de padres contestatários ao Regime aumentou consideravelmente, comprovando tudo aquilo que dissemos anteriormente sobre esta diocese, e sobre o facto de D. Sebastião Soares de Resende ter influenciado muito o Clero, mesmo após a sua morte. Deixou muitos seguidores da sua actuação, pelo facto de o “Diário de Moçambique” ter sobrevivido à sua morte e continuar a ser um veículo das críticas de elementos da Igreja contrários à política colonial portuguesa, e até serem expulsos de Moçambique. Era, também, nesta Diocese onde existia o maior número de padres oriundos de Portugal Continental que eram críticos do Regime, pois nas outras Dioceses, os elementos mais contestatários em número eram de origem estrangeira. Na Beira, era precisamente o contrário, o Clero mais contestatário e que mais problemas deu, era de origem Portuguesa<sup>11</sup>. Existiam 66 padres, 41 portugueses, 25 estrangeiros a percentagem de padres não afectos era de cerca de 49 %<sup>12</sup>.

A Diocese de Tete, tinha 51 padres, sendo 18 portugueses e 33 estrangeiros, em que a percentagem de padres não afectos<sup>13</sup> ao regime era de cerca de 17 %<sup>14</sup>.

Em relação às Dioceses de Vila Cabral, Inhambane e Arquidiocese de Lourenço Marques, existiam elementos no Clero que não alinhavam pelo regime, mas o seu número era insignificante. No caso de Lourenço Marques, o facto de o seu Bispo ser D. Custódio Alvim Pereira<sup>15</sup>, elemento da Igreja em Moçambique mais afecto ao Regime, foi também uma das causas mais directas por ali o Clero ser todo afecto ao Regime, pois se assim não fosse era de imediato afastado por aquele Bispo<sup>16</sup>.

Podemos assim dizer com uma relativa margem de segurança que em todo o território de Moçambique, no período que vai de 1969 a 1974,

a percentagem provável de padres da Igreja Católica que estavam objectivamente desfavoráveis à colaboração directa com as autoridades portuguesas e contrários à política colonial portuguesa era de cerca de 20 % a 21 %<sup>17</sup>. De outra forma, cerca de 80 % dos padres Católicos em Moçambique não apresentavam indícios de serem contrários ao regime ou contrários à política colonial portuguesa.

Paralelamente a estes dados também podemos criar um quadro indicativo para os Bispos de Moçambique, partindo dos relatórios já citados, mas também do conteúdo dos Processos de cada um dos Bispos que a PIDE tinha elaborado e que tinha o cuidado de manter permanentemente actualizados, sobre as actividades dos Bispos em Moçambique. Quer essas actividades fossem pró ou contra o regime.

Inquestionavelmente, dentro do grupo de Bispos que estavam numa posição de convívência e apoio ao Regime, destacam-se os dois Bispos de Lourenço Marques, primeiro, D. Teodósio Gouveia, e, posteriormente, D. Custódio Alvim Pereira<sup>18</sup>. Nos relatórios da PIDE estes Bispos são constantemente elogiados pelo seu trabalho de colaboração com as autoridades, principalmente, D. Custódio Alvim Pereira<sup>19</sup>.

*“O prestígio pessoal, o espírito autenticamente patriótico e a força disciplinar de Sua Exa<sup>a</sup> Rev<sup>a</sup> o Sr. D. Custódio Alvim Pereira têm obstado, até agora, a que nesta Arquidiocese se repitam os desmandos praticados por padres exaltados ou imprudentes, noutras dioceses. A personalidade vincada de D. Custódio Alvim Pereira tem-lhe, no entanto, granjeando algumas antipatias no sector progressista do clero e dos católicos que não vêem com bons olhos a atitude moderada e conservadora do seu Prelado<sup>20</sup>.”*

Em todas as entrevistas que fizemos, todos os entrevistados são unânimes em dizer que este Bispo defendia mais os interesses do Governo Português que os da Igreja Católica<sup>21</sup>. Afirmam, ainda, que a sua colaboração com o regime era uma prática diária<sup>22</sup>, chegando

mesmo a apelidá-lo de “comissário político”<sup>23</sup>.

Enquanto a imprensa internacional denunciava os massacres ocorridos em Moçambique, D. Custódio Alvim Pereira enviava comunicados para a mesma como Bispo, negando todas essas evidências, quase num papel de “porta-voz” das autoridades portuguesas em Moçambique, “Arcebispo de Lourenço Marques nega denúncias de massacres”<sup>24</sup>.

A própria PIDE admirava-lhe as atitudes repressivas e autoritárias<sup>25</sup>, visto que na Diocese de Lourenço Marques só podiam estar colocados padres que, de forma directa, apoiassem o regime, em caso contrário eram imediatamente afastados<sup>26</sup>.

*“A firmeza e rigor disciplinares do Prelado ficou ainda bem evidenciada, quando ao arrepio de fortes pressões sofridas, afastou da Paróquia da Sé, o Cónego João Pedro de Mata, depois de este capitular se ter excedido numa das homilias dominicais, criticando a sociedade capitalista em termos extremistas e de tal modo que no auditório ficou a suspeita de se estar na presença de um admirador da ideologia marxista<sup>27</sup>.”*

Este Bispo criticava de forma sistemática a Santa Sé, quando estava em causa as directrizes colonialistas do Governo Português, seguindo na sua actuação princípios orientadores da política do Estado, mesmo que esses princípios contrariassem a doutrina cristã ou as directrizes do Vaticano.

“Mas é melhor calar, sofrer e rezar, o meu lema destes dias de tormenta. Mons. Duarte de Almeida foi realmente expulso pela PIDE e na mesma ocasião dos Padres Brancos. A mim o que me dói mais (porque o que está sucedendo era de prever há muito) é a atitude completamente anti-diplomática da Santa Sé. Nunca tal aconteceu em Roma. Ela vai no bote e deixa fazer ao Clero, incluído Padres Brancos, e superiores regionais, tudo o que lhes vem à cabeça<sup>28</sup>.”

Já em 1965, o Bispo de Lourenço Marques tornava públicas as suas ideias em relação à oposição ao Regime e qual a sua linha política orientadora, apelando directamente

ao voto na ditadura, “... não aprovo as ideias da oposição, venham elas donde vierem e sejam expostas por quem forem. Declaro formalmente que, se estivesse na Diocese, eu iria votar pela União Nacional. A Igreja não está acorrentada a nenhuma forma de Governo, mas eu como português e amigo da minha Pátria, sei o que convém neste momento e ninguém me pode impedir de exercer os meus direitos de cidadão<sup>29</sup>.”

Esta política e este tipo de discurso mantiveram-se até 1974, sem alteração alguma, e este Bispo simbolizava a Igreja Católica em Moçambique totalmente “enfeudada” ao regime colonial português.

Outro Bispo que esteve ao lado do regime, e que seguia uma atitude muito similar ao Bispo de Lourenço Marques, foi D. Manuel Ferreira Cabral, Bispo da Beira após a morte de D. Sebastião Soares de Resende<sup>30</sup>. Este Bispo fez críticas permanentes aos missionários estrangeiros, que, segundo ele, não seguiam verdadeiramente a Evangelização, como ela era desejada para Moçambique, “Preocupam-nos as atitudes de alguns missionários, que hoje vão mais para uma libertação do homem numa linha política, económica e social do que propriamente para uma libertação cristã e evangélica<sup>31</sup>.”

O caso dos Padres Brancos, já anteriormente analisado, foi um caso que provocou uma pública e nítida divisão da Igreja em Moçambique. D. Manuel Ferreira Cabral, na altura veio a público tecer fortes críticas a estes padres e à sua actuação, chegando mesmo a chamá-los de “cobardes” e “traidores<sup>32</sup>.” *“Infelizmente é verdade que os Padres Brancos têm continuado a sua propaganda insidiosa procurando influenciar os restantes gerais para lhe seguirem as pisadas. Já alertei Lisboa e a Secretaria de Estado dessa atitude retomada em Roma durante o Sínodo<sup>33</sup>.”*

Paralelamente a este Bispo existiu um outro que mantinha muita correspondência com D. Manuel

Ferreira Cabral, e que, segundo a correspondência, tinham posições similares, que foi Augusto Ferreira Silva, Bispo de Tete<sup>34</sup>. Na troca de correspondência assumiu posições pró regime, e nenhum deles, em algum momento, teceu algum comentário sobre a actuação de militares ou da PIDE em Moçambique<sup>35</sup>.

*“Caríssimo Amigo, os Padres Brancos alegam dois argumentos de teor político sendo um contra o Governo Português e a sua política ultramarina e a acusação generalizada contra a hierarquia de eufedamento ao governo<sup>36</sup>.”*

Criticou publicamente outros membros da Conferência Episcopal, facto que a PIDE muito elogiou<sup>37</sup>, como foi o caso de críticas contra



Manuel Vieira Pinto

D. Ernesto Gonçalves da Costa, e a forma como ele se relacionava com os padres estrangeiros, *“a propósito da teimosia do Prelado quanto à protecção exorbitante de certos padres estrangeiros e, sobretudo, quanto às exigências e pressão sobre o Governo para remover a interdição de entrada na província de alguns missionários<sup>38</sup>.”*

Seguia os passos públicos do Bispo de Lourenço Marques nas críticas aos padres da Beira, por seguirem a “política progressista” de D. Sebastião Soares de Resende, bem como criticava fortemente a actuação e linha editorial do “Diário de Moçambique”, jornal da Beira, propriedade da Diocese da Beira, que tinha sido fundado por D. Sebastião Soares de Resende, e que era uma das “vozes” mais livres da Imprensa Nacional<sup>39</sup>.

*“O Jornal Católico e de feição*

*nitidamente progressista “Diário de Moçambique”, propriedade da Diocese da Beira, tem servido, de modo extraordinário, para difundir as ideias progressistas professadas por esses tais elementos do clero que, por sinal, são quem orienta o aludido diário<sup>40</sup>.”*

Este Bispo mostrou-se preocupado pelo facto daquele jornal prejudicar a política do Governo Português que ele defendia, e que ajudou a executar e a cumprir, 41 por isso escreveu que as actividades do “Diário de Moçambique” eram lesivas à aplicação da política colonial portuguesa em Moçambique, o que ele considerava grave<sup>42</sup>. *“Vêm prejudicando grandemente a política praticada pelo governo da nação<sup>43</sup>.”*

Este Bispo causou imenso “mau estar” na Diocese da Beira, que, frequentemente, era aconselhado a ausentar-se daquela Diocese por algum tempo, a fim de serenar “os ânimos” do clero local<sup>44</sup>.

D. Augusto César Ferreira da Silva, Bispo de Tete; D. Manuel Mendes Guerreiro e D. José Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia,

não sendo de uma linha tão dura em relação ao apoio incondicional ao Regime como os casos acima analisados, eram incontestavelmente elementos do Clero Moçambicano “pró-Regime”. Nem sempre colaboravam de forma espontânea, mas sempre que as autoridades os solicitavam, ou em votações na Conferência Episcopal, actuavam sempre pró-Governo Português<sup>45</sup>.

Os relatórios da PIDE referem com frequência correspondência recebida por estes Bispos, identificando-os como colaboradores do regime<sup>46</sup>. Eram todos críticos da actuação do Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, discordando da actuação contrária à política colonial portuguesa por parte do Bispo de Nampula.

*“Bispo de Vila Cabral. Deu resposta a uma carta circular que*



Padre de Burgos

*lbe foi enviada, acusando-o de cumplicidade com as autoridades portuguesas, nos massacres das populações*<sup>47</sup>.”

*“A má semente continua a germinar e a crescer na Diocese de Nampula com D. Manuel a fomentar o crescimento, os Combonianos de Nampula fizeram um documento infame no estilo do dos Padres Brancos, já deviam ter saído de Moçambique*<sup>48</sup>.”

Dois Bispos de Moçambique caracterizaram-se por uma atitude de compromisso entre a Igreja e o Estado Português evitando criticar ambos, mas evitando, também, apresentarem-se como directos colaboradores de um regime autoritário e colonialista. Neste caso, denominamo-los de “neutros”, ou seja, não criticavam a política colonial portuguesa, pelo menos publicamente, mas também não colaboravam com as autoridades portuguesas em actos autoritários e ditatoriais, como por exemplo a PIDE. Foram eles, D. Altino Ribeiro Santana, Bispo da Beira, durante muito pouco tempo, e D. Félix Niza Ribeiro, Bispo de Tete<sup>49</sup>.

No que respeita aos Bispos da Igreja Católica Portuguesa que manifestamente estavam contra o Regime, que contra ele se manifestaram, ou que se recusaram a colaborar com a PIDE, ou ainda, que publicamente denunciaram atropelos aos Direitos do Homem, colidindo muitas vezes com os interesses da política colonial portuguesa, estão à cabeça D. Sebastião Soares de Resende, 1º Bispo da Beira e D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula. Numa segunda linha, esteve D. Eurico Dias Nogueira, Bispo de Vila Cabral.

Como já fizemos referência e análise anterior a estes três Bispos, não teceremos mais comentários para além do facto de estes terem sido vistos pela PIDE com elementos subversivos dentro do Clero Católico Moçambicano<sup>50</sup>.

Os relatórios da PIDE apontam D.

Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane, e D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva, Bispo de Vila Cabral, como elementos não próximos do Regime, mas não subversivos, como foi o caso de D. Manuel Vieira Pinto. Eram, contudo, elementos sob permanente observação da PIDE<sup>51</sup>.

D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane, era uma personalidade da Igreja Católica, que, não sendo considerado pela PIDE “como perigoso”, era considerado como um inimigo do regime e contestatário da política colonial portuguesa, recusando-se sistematicamente a colaborar com a PIDE<sup>52</sup>.

A sua situação e referência como Bispo da Igreja contrário ao Regime Colonial Português e crítico da forma como a Igreja Católica se relacionava com o regime em Moçambique, ficou totalmente clara aquando da leitura da “Carta Fúnebre” no funeral de D. Sebastião Soares de Resende, escrita e lida por este Bispo<sup>53</sup>. Aquele documento, fazia fortes críticas, a uma ala da Igreja que colaborava com o Estado Português e criticava directamente e objectivamente a política colonial portuguesa. A PIDE conseguiu que este documento nunca fosse publicado, tal os danos que poderia causar<sup>54</sup>.

*“É uma grande desgraça, meus senhores, é uma grande desgraça para um país ter dirigentes voltados para altos cargos que ocupam, vivendo possuídos pelo medo de descerem do seu pedestal ou penetrados do temor que lhes falte o comer no dia de amanhã. Todas as cobardias são possíveis a almas marcadas com uma mediocridade desta natureza.*

*Se a Igreja não fala, será fácil aos homens arvorarem a sua opinião, quando não, os seus próprios interesses, em paradigmas de consciência humana*<sup>55</sup>.”

A PIDE, em relatório dirigido ao Governador-Geral definiu com toda a precisão e adjectivação a forma como este Bispo se enquadrava no Clero e na Igreja em Moçambique, ou seja, de uma forma não conivente com o regime, seguindo as directrizes do Vaticano e uma linha teológica muito ligada aos ensinamentos do Concílio Vaticano II<sup>56</sup>.

*“Pelas informações que existem a actuação do Bispo de Quelimane, D. Francisco Nunes Teixeira parece que não é de acordo com o que seria melhor para o país, sendo importante que os missionários façam, neste momento, esforços especiais no sentido de aporuguesar o mais possível os sentimentos da população*<sup>57</sup>.”

As Congregações que mais se afastaram da colaboração com o regime, e que eram mais hostilizadas pela PIDE foram os Padres Combonianos<sup>58</sup>, os Padres Brancos<sup>59</sup>, os Padres de Burgos<sup>60</sup>, e a Congregação dos Padres da Consolata<sup>61</sup>, todas elas com a maioria dos seus membros perseguidos pela PIDE e, posteriormente, expulsos de Moçambique<sup>62</sup>.

No que dizia respeito a padres pertencentes ao Clero Regular português e originário de Portugal Continental, logo, padres não estrangeiros, existiram sete que se destacaram e que foram destacados pela PIDE<sup>63</sup>.

Dois deles eram o Padre Teles Sampaio e Fernando Mendes, que preconizaram o Caso dos Padres do Macúti e que já anteriormente analisámos<sup>64</sup>. Os outros cinco foram Alberto Assunção Tavares, que trabalhou directamente com D. Sebastião Soares de Resende, e que foi forte crítico da ligação da Igreja ao Estado Português<sup>65</sup>,

*“O Sacerdote critica a expulsão de D. Duarte de Almeida e perfilha a ideia de independência para Moçambique*<sup>66</sup>.”

O padre José Soares Martins, sobrinho do 1º Bispo da Beira, administrador do “Diário de Moçambique”, forte crítico à forma

como a Igreja se relacionava com os poderes coloniais em Moçambique, foi um dos grandes impulsionadores do Jornal fundado pelo 1º Bispo da Beira<sup>67</sup>;

*“Procedimento irregular de alguns sacerdotes como: José Soares Martins, que pela palavra escrita ou falada se revelaram contra as instituições políticas e sociais portuguesas”*<sup>68</sup>.

Martinho Gonçalves Cardoso, secretário de D. Sebastião Soares de Resende até à sua morte era um elemento permanentemente vigiado pela PIDE, até pelo simples facto de ter estado muito ligado ao 1º Bispo da Beira<sup>69</sup>.

D. Duarte de Almeida, um sacerdote considerado “muito perigoso” e muito “inteligente” pela PIDE<sup>70</sup>, foi, durante muitos anos, o Director do Jornal “Diário de Moçambique”, tendo sido o grande responsável pelas publicações sistemáticas do Jornal sem que alguns artigos passassem pela Censura, motivo que levou ao encerramento suspenso por três vezes do jornal<sup>71</sup>.

*“D. Duarte de Almeida, aproveitava todas as mazelas sociais para atacar e denegrir o Estado e seus governantes. O padre Duarte de Almeida quando pode ou quando se lembra fere o Estado, apunbala os governantes e acicata ódios, confusões e arruaças”*<sup>72</sup>.

Era assim que era visto pela PIDE, e este comportamento anti-regime levou-o à sua expulsão, em 1972<sup>73</sup>.

D. Manuel Barbosa foi o Vigário Geral da Beira e grande amigo de D. Sebastião Soares de Resende, perfilhando das ideias deste último. Colaborou, também, com o “Diário de Moçambique” e manifestou frequentemente em público as suas ideias contrárias ao “eufeuadamento” da Igreja Católica em Moçambique, ao Governo Português<sup>74</sup>.

*“Alguns elementos do Clero da Beira constituem, desde há bastante tempo, um problema para as autoridades do Distrito, deles se salienta D. Manuel Barbosa”*<sup>75</sup>.

Palavras estas, da PIDE que vieram confirmar o facto da Diocese da Beira ter sido aquela Diocese em Moçambique, onde, por parte do

Clero Católico, mais se notou uma contestação e não-alinhamento em relação às políticas coloniais portuguesas ●

\* Doutorado em História Política Contemporânea

<sup>1</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 5387 CI (2) - Pasta 7390, “Silvano Barbieri e Outros”.

<sup>2</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 1310 H/4 - Pasta 1981, “Sacerdotes Nacionais e Estrangeiros que estiveram implicados em Actividades Ilegais ou Subversivas”.

<sup>3</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 5387 CI (2) - Pasta 7390, “Silvano Barbieri e Outros”.

<sup>4</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 1310 H/4 - Pasta 1981, “Sacerdotes Nacionais e Estrangeiros que estiveram implicados em Actividades Ilegais ou Subversivas”.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 5387 CI (2) - Pasta 7390, “Silvano Barbieri e Outros”.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 1310 H/4 - Pasta 1981, “Sacerdotes Nacionais e Estrangeiros que estiveram implicados em Actividades Ilegais ou Subversivas”.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 5387 CI (2) - Pasta 7390, “Silvano Barbieri e Outros”.

<sup>15</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 17869 - Pasta 7805, “Custódio Alvim Pereira”.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 5387 CI (2) - Pasta 7390, “Silvano Barbieri e Outros”. E notas seguintes.

<sup>18</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 17869 - Pasta 7805, “Custódio Alvim Pereira”.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 4305 - Pasta 7340, “Custódio Alvim Pereira”.

<sup>21</sup> Entrevista a Eurico Dias Nogueira.

<sup>22</sup> Entrevista com José Soares Martins.

<sup>23</sup> Entrevista a Teles Sampaio.

<sup>24</sup> “Rádio Suíça”; 25 de Julho de 1973.

<sup>25</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 17869 - Pasta 7805, “Custódio Alvim Pereira”.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 4305 - Pasta 7340, “Custódio Alvim Pereira”.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 8445 CI (2) - Pasta 7530, “Manuel Ferreira Cabral”.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 8445 CI (2) - Pasta 7530, “Manuel Ferreira Cabral”.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 4318 CI (2) - Pasta 7342, “Diário de Moçambique”.

<sup>40</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 8445 CI (2) - Pasta 7530, “Manuel Ferreira Cabral”.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 59328 - Pasta 5112, “Luís Gonzaga Ferreira da Silva”.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

<sup>47</sup> *Ibidem*.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 59328 - Pasta 5112, “Luís Gonzaga Ferreira da Silva”.

<sup>50</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 1310 H/4 - Pasta 1981, “Sacerdotes Nacionais e Estrangeiros que estiveram implicados em Actividades Ilegais ou Subversivas”.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 3196 - Pasta 7254, “Francisco Nunes Teixeira”.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 3196 - Pasta 7254, “Francisco Nunes Teixeira”.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 5387 CI (2) - Pasta 7390, “Silvano Barbieri e outros”.

<sup>59</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 1442 A/5 - Pasta 2060, “Padres Brancos”.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 17433 - Pasta 7799, “Padres da Consolata”.

<sup>62</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 1310 H/4 - Pasta 1981, “Sacerdotes Nacionais e Estrangeiros que estiveram implicados em Actividades Ilegais ou Subversivas”.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

<sup>64</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 18567 - Pasta 7819, “Joaquim Teles Sampaio”.

<sup>65</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 6137 CI (2) - Pasta 7423, “Alberto Assunção Tavares”.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 18618 - Pasta 7821, “José Soares Martins”.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 3224 - Pasta 6189, “Martinho Gonçalves Cardoso”.

<sup>70</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 32-B/31 - Pasta 4195, “Duarte de Almeida”.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> IAN/TT, Arquivos da PIDE, Processo 3690 CI (2) - Pasta 7288, “Manuel Barbosa”.

<sup>75</sup> *Ibidem*.